

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESPÍRITO SANTO – CAU/ES

ATA DA 39ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESPÍRITO SANTO, REALIZADA NO DIA DEZESSETE DE MAIO DE 2016.

1	<u>Início</u> : 19h
2	<u>Término</u> : 22h
3	Local : Auditório da Sede do CAU/ES, Rua Hélio Marconi, 58, Bento Ferreira, Vitória, ES, CEP:
4	29050-690
5	Presenças: Arq. e Urb. Tito Augusto Abreu de Carvalho (Presidente). Conselheiros
6	Estaduais: Arq. e Urb. Alberto Bernabé Kirchmayer, Arq. e Urb. André Tomoyuki Abe,
7	Arq. e Urb. Cristiane Locatelli Magno, Arq, e Urb. Marco Antônio Cypreste Romanelli, Arq.
8	e Urb. Paulo César Mendes Glória e Arq. e Urb. Regina Márcia Costa Signorelli.
9	Convidados: Arq. e Urb. Clemir Regina Pela Meneghel (conselheira suplente). Assessoria
LO	ao Plenário: Ana Lucia Nascimento dos Reis. Secretaria: Márcia Martins Angeli
11	Funcionários: Wiviane Lombardi Broco e Sandra Milanez Grechi
12	ITEM I – Verificação do quórum – Constatado o quórum regimental com a presença de sete
13	conselheiros. <u>ITEM II – Execução do Hino Nacional Brasileiro</u> – O presidente Tito Carvalho
14	convidou a todos para ficarem de pé e entoar o Hino Nacional Brasileiro. ITEM III - Abertura
15	dos trabalhos e aprovação da pauta - O presidente Tito Carvalho declarou abertos os
16	trabalhos, agradeceu a presença de todos e fez a leitura da pauta, dando aos conselheiros
17	que desejassem a oportunidade de sugestão de modificação. Após solicitação de alteração
18	da ordem dos itens e acréscimo de Item (Aprovação Simplificada de Projetos), o Presidente
19	submeteu a pauta a votação e aprovação, sendo aprovada por unanimidade. ITEM IV -
20	Leitura e aprovação da Ata da 38ª Sessão Plenária Ordinária - Após leitura e
21	considerações dos conselheiros, o presidente Tito Carvalho submeteu a Ata da 38ª Sessão
22	Plenária Ordinária do CAU/ES a votação e aprovação, sendo aprovada por cinco votos a
23	favor: Alberto Kirchmayer, André Abe, Paulo Glória, Regina Signorelli e Marco Romanelli e
24	uma abstenção: Cristiane Locatelli Magno. O novo processo de elaboração da Ata em que
25	os debates não serão inseridos, apenas as decisões contextualizadas foi avaliado e
26	submetido a votação e aprovação, sendo aprovado por unanimidade, conforme Deliberação
27	na 38ª Sessão Plenária Ordinária do CAU/ES, Item IV, realizada no dia dezenove de abril
28	de dois mil e dezesseis. ITEM V - Homologação da Deliberação CEP-CAU/ES nº 03/2016

2/ -11

1

)M

- sobre a dispensa dos documentos exigidos pela Resolução CAU nº 91/2014 para os RRT Extemporâneos oriundos de notificação/auto de infração - O coordenador da Comissão de Exercício Profissional - CEP-CAU/ES, Marco Romanelli lembrou que um dos objetivos desta comissão é o aprimoramento de processos, conforme o planejamento estratégico 2016. E relatou sobre o atual processo de regularização e notificação de atividades elaboradas após a execução, através do Registro de Responsabilidade Técnica - RRT Extemporâneo, onde após o profissional ser notificado pela fiscalização, por não elaborar o RRT, o mesmo deveria provar a realização da atividade para que a regularização fosse finalizada. Para dar agilidade aos processos acumulados foi elaborada e aprovada pela CEP-CAU/ES a Deliberação nº 03/2016, que dispensa da apresentação dos documentos exigidos pela Resolução CAU/BR nº 91/2014, para os Registros de Responsabilidade Técnica - RRTs Extemporâneos emitidos para atender a notificação / auto de infração emitidos pela fiscalização do CAU/ES. A comissão entende que a notificação ou o auto de infração, assinado por um fiscal do CAU/ES informando que é necessário um RRT para regularidade é um documento que comprova a referida atividade. Após leitura realizada pelo coordenador da CEP-CAU/ES, Marco Romanelli e considerações dos demais conselheiros, o presidente Tito Carvalho submeteu a Deliberação CEP-CAU/ES nº 03/2016 a votação e aprovação, sendo aprovada por unanimidade. ITEM VI - Homologação da Deliberação CPFA-CAU/ES nº 02/2016 - sobre a aprovação da prestação de contas do 1º trimestre de 2016 - A coordenadora da Comissão de Planejamento, Finanças e Atos Normativos – CPFA-CAU/ES, Regina Signorelli solicitou que a coordenadora administrativa e financeira, Wiviane Broco realizasse a leitura da Deliberação nº 02/2016, elaborada e aprovada pela CPFA-CAU/ES, na vigésima quinta reunião ordinária realizada no dia 10 de maio de 2016, sobre a prestação de contas do primeiro trimestre de 2016. A coordenadora Wiviane Broco também apresentou um demonstrativo das receitas e despesas do primeiro trimestre de 2016. A receita foi de R\$618.633,97, sendo: R\$357.581,02 de anuidade de pessoa física, R\$30.876,23 de anuidade de pessoa jurídica, R\$206.685,85 de RRT's, R\$14.397,74 de taxas, multas e outras receitas, R\$9.093,13 de rendimentos sobre aplicação financeira. As despesas foram de R\$370.018,99, sendo: R\$199.078,25 com pessoal e encargos, R\$12.456,73 com passagens e diárias, R\$52.030,23 com transferências correntes para o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR (Centro de Serviço Compartilhado - CSC e o fundo de apoio), e R\$106.452,78 para as demais despesas de funcionamento do CAU/ES. O conselheiro Marco Romanelli complementou informando que a receita média projetada para o resto do ano está em aproximadamente R\$120.000,00 por mês, indicando que nossa receita deve empatar com a despesa. A coordenadora Wiviane Broco ressaltou que o superávit do primeiro trimestre deve-se ao período de vencimento da anuidade nos quatro primeiros meses do ano de 2016,

29 30

31

32

33

34

35

36

37

38

39 40

41

42

43

44

45

46

47 48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62 63

64

DA CLA

o ano de 2016

Após as considerações de alguns conselheiros, o presidente Tito Carvalho submeteu a Deliberação nº 02/2016 à votação e aprovação, sendo aprovada por unanimidade. ITEM VII -Informe sobre a composição da Comissão de Planejamento e Finanças e Atos Normativos - CPFA-CAU/ES - A conselheira Regina Signorelli comunicou ao plenário sua decisão de desligamento da Comissão de Planejamento e Finanças e Atos Normativos -CPFA-CAU/ES, considerando a incompatibilidade entre suas atividades pessoais e profissionais e a agenda da comissão. O presidente Tito Carvalho agradeceu a conselheira pela dedicação aos temas sobre finanças e sobre as questões administrativas do CAU/ES. onde contribuiu com grande relevância. O conselheiro Alberto Kirchmayer coordenador adjunto foi conduzido ao cargo de coordenador da CPFA-CAU/ES. O cargo de coordenador adjunto será definido na próxima reunião da comissão. ITEM VIII - Relatório Administrativo/ Financeiro do CAU/ES/ Receitas e Despesas referentes aos meses de janeiro a abril de 2016 - O presidente Tito Carvalho solicitou que a coordenadora administrativa e financeira Wiviane Broco apresentasse o relatório das receitas e despesas, referentes ao mês de abril de 2016 e o acumulado de janeiro a abril de 2016. A Coordenadora esclareceu que no cenário acumulado, o CAU/ES obteve de anuidade de pessoa física, o valor previsto: R\$473.977,29 e o valor executado: R\$417.841,11. Anuidades de pessoa jurídica, valor previsto: R\$40.924,00 e valor executado: R\$39.016.00. Os Registros de Responsabilidade Técnica – RRTs, valor previsto: R\$384.387,00 e valor executado: R\$283.030,08, onde registrou-se uma queda de 26% do acumulado de janeiro a abril de 2016. Valor previsto para taxas e multas: R\$14.739,23 e o valor executado: R\$19.385,88. Rendimento sobre as aplicações financeiras, o valor previsto: R\$21.045,07 e o valor executado: R\$12.158,54. O valor previsto total: R\$935.073,42 e o valor total executado: R\$771.431,81. No resultado geral, houve uma queda de 18% do valor executado em relação ao valor previsto. O presidente Tito Carvalho informou que os valores previstos para arrecadação no exercício de 2016, foram calculados tendo como base o percentual de execução de cada tipo de receita no exercício de 2015, aplicado sobre o valor proposto no orçamento a ser executado no exercício de 2016. A coordenadora Wiviane Broco prosseguiu com a apresentação, informando que no mês de abril de 2016, o CAU/ES executou o que foi previsto de anuidade pessoa física, pessoa jurídica, taxas e multas e que houve uma queda prevista de arrecadação de RRT, onde o valor previsto era de R\$107.509,91 e o valor executado foi de R\$76.344,23. E os rendimentos sobre aplicação financeira, com previsão de R\$5.462,94, teve arrecadação apurada de R\$3.034,47. Informou que na questão de aplicação financeira, o rendimento varia muito conforme a quantidade de saque da aplicação efetuado no mês. O conselheiro Marco Romanelli e a coordenadora administrativa e financeiro do CAU/ES, Wiviane Broco, realizaram a análise comparativa entre o número de profissionais e o número de RRTs registrados de 2014 a 2016.

65

66

67 68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84 85

86

87 88

89

90 91

92 93

94 95

96

97

98

99

100

DL () A H

Segundo o conselheiro, nosso recorde é 0,9 RRT por profissional em julho de 2014. Então, no melhor mês, desde 2014, o arquiteto e urbanista capixaba recolheu menos de um RRT por mês. Em abril de 2016, estamos com um pouco mais de 0,5 RRT por profissional. Então, hoje, cada arquiteto capixaba recolhe um RRT a cada dois meses, em média. Pôde ser constatado o crescimento no número de profissionais ativos e, em contrapartida, queda do número (quantidade) de RRTs pagos por profissional ativo. Segundo informação dada pelo presidente do CAU/BR Haroldo, em entrevista televisiva, 80% dos profissionais pesquisados, no ano passado, estão vivendo de arquitetura, então, o Espírito Santo está destoando muito da média nacional. Estamos recolhendo cada vez menos RRTs individualmente. Destacou o fato de que os números, mesmo os mais altos, são muito baixos. Concluiu que este é mais um indicativo de que temos um mercado profissional muito voltado para a informalidade, seja ilegal ou por atuar em uma área que não é preciso regulamentar. O presidente Tito Carvalho informou que o CAU/ES recebeu no dia 16 de maio de 2016, uma solicitação do CAU/BR para apresentar sugestões referentes a reprogramação orçamentária, com um curto prazo para entrega, até o dia 20 de maio de 2016. Finalizando, informou que o Relatório Financeiro / Administrativo apresentado estará disponível em anexo a Ata desta Sessão Plenária. ITEM IX - Comissão de Política Urbana e Ambiental - CPUA - O presidente Tito Carvalho relatou que já foram realizadas duas reuniões da Comissão de Política Urbana e Ambiental - CPUA, com vistas a trabalhar no processo eleitoral municipal. Na primeira reunião, realizada no dia 10 de maio de 2016, foi sugerido pelos membros da comissão, a inclusão do arquiteto e urbanista Giovanilton André Caretta Ferreira, do jornalista José Carlos Sigueira Junior e representando o Sindarg-ES, o arquiteto e urbanista, José Carlos Neves Loureiro, para contribuírem com o conteúdo do documento que está sendo construído e para melhor conversar com a sociedade. Na segunda reunião, realizada hoje, 17 de maio de 2016, foram contextualizados os principais objetivos da comissão: estimular e promover o desenvolvimento sustentável das cidades capixabas, elencar princípios norteadores da agenda urbana municipal a serem apresentados aos candidatos e à sociedade em geral, posicionar o CAU/ES como protagonista no debate do planejamento do desenvolvimento urbano, envolver a comunidade de arguitetura e urbanismo capixaba, profissionais de empresas e instituições no debate de planejamento de desenvolvimento urbano das cidades capixabas, e valorização da arquitetura e do urbanismo no desenvolvimento urbano. Informou que este documento terá uma formatação final e posteriormente será apresentado ao plenário para aprovação. A próxima reunião da CPUA foi agendada para o dia 24 de maio de 2016, às 16 horas. O presidente Tito Carvalho pôs em votação e aprovação, a sugestão para alteração da composição dos membros da comissão da CPUA, incluindo os nomes do arg. e urb. Giovanilton André Caretta Ferreira, arg. e urb. José Carlos Neves Loureiro e do jornalista José Carlos Siqueira Junior. A conselheira Çlemir

101

102103

104

105

106

107

108

109

110

111112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125126

127

128

129

130

131

132

133134

135

136

De May

or. A conseniera Cierrin

Meneghel sugeriu incluir como membro a arq. e urb. Maria de Lourdes da Silva Oliveira. O plenário aprovou por unanimidade a inclusão de todos os nomes sugeridos, na composição da comissão da CPUA-CAU/ES. ITEM X - Aprovação Simplificada de Projetos - O presidente Tito Carvalho relatou que em reunião com o vereador da Câmara Municipal de Vila Velha, Ricardo Luiz Chiabai sobre autovistoria, e uma das demandas apontadas pelo vereador é o debate que está havendo para aprovação do Novo Código de Obras de Vila Velha. O CAU/ES está acompanhando os debates através da representação do vicepresidente Marco Romanelli. Destacou que o item bastante expressivo é a questão do projeto de Lei sobre Aprovação Simplificada de Projetos, já implantada nos municípios de Serra/ES e de Vitória/ES. Diante de uma série de preocupações pertinentes e negativas para os profissionais arquitetos e urbanistas sobre a Aprovação Simplificada de Projetos levantadas pelo vereador, o presidente Tito Carvalho propôs a realização de uma audiência pública para debater o tema entre os profissionais, com a presença de outras prefeituras da Região Metropolitana da Grande Vitória, para a contribuição com o Projeto de Lei. O conselheiro Paulo Glória relatou sobre o desafio para implantar o Protocolo Único, que diminui o prazo na aprovação de projetos, na sua gestão como secretário de desenvolvimento urbano da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim/ES e disse que o CAU não deveria abonar ou concordar com qualquer procedimento que retire da aprovação qualquer legislação urbanística, seja código de obras ou texto do PDM, e que as análises dos projetos devem ser baseadas na legislação pertinente. O conselheiro Marco Romanelli acredita que o CAU/ES deve participar dos debates para construir um posicionamento sobre o tema sempre com a seguinte ótica: a nossa defesa é do projeto tão completo quanto seja necessário e o que tem de ficar simplificado é a análise. A conselheira suplente Clemir Meneghel informou que pode solicitar dois técnicos da Prefeitura Municipal de Vitória para participar da audiência pública, considerando que o sistema está funcionando na municipalidade. Acerca da manifestação do conselheiro Paulo Glória, o presidente Tito Carvalho alertou sobre a existência de três posicionamentos: o do conselheiro, pois cada um tem uma posição sobre isso, a posição do CAU/ES e outro será o resultado de uma audiência pública que envolva o CAU/ES, o Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento do Espírito Santo -IAB/ES, o Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas no Estado do Espírito Santo - Sindarg-ES, as Prefeituras, entre outros. Após debates dos conselheiros, o presidente Tito Carvalho submeteu a sua proposta a votação e aprovação: a realização de uma audiência pública para debater sobre a Aprovação Simplificada de Projetos. Procedida a votação a proposta foi aprovada por unanimidade. ITEM XI - Relatório sobre Seminário de Fiscalização – Brasília/DF, 12 e 13 de maio de 2016 – A coordenadora de fiscalização e relacionamento institucional, Ana Lucia Reis, apresentou o relatório sobre a sua participação no I Seminário de Fiscalização realizado pela Comissão de .

137

138139

140 141

142

143

144

145

146

147

148149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164 165

166

167

168

169

170

171

172

2)/ ~/15

Exercício Profissional - CEP-CAU/BR, nos dias 12 e 13 de maio de 2016, em Brasília/DF. Informou que o evento é consequência de outros eventos realizados pela CEP-CAU/BR em 2015, que tratou sobre as Resoluções CAU nº 21/2012 e nº91/2014. O evento contou com a participação de presidentes, conselheiros, gerentes, coordenadores e agentes de fiscalização de vários CAU/UFs e estes foram divididos em 05 grupos. A cada grupo foi proposto a análise de um caso afeto a fiscalização, com objetivo de analisar o procedimento realizado em cada caso e preencher um checklist, baseado na Resolução CAU nº 22/2012. Após análise dos casos, cada grupo fez sua explanação, seguida das considerações, dúvidas e comentários dos demais participantes. Dentre os apontamentos levantados, destacam-se: falta de coerência entre o fato gerador e a descrição da infração, falhas na tramitação do processo, capitulação equivocada e a falta de comunicação dos atos processuais. No segundo dia houveram as apresentações da equipe do CAU/BR, realizada pelo gerente do Centro de Serviços Compartilhados - CSC, Cristiano Xavier Lucas Ferreira, coordenadora do Sistema de Informação e Comunicação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do CAU - SICCAU, Francilene de Castro Bezerra e coordenadora do Sistema de Inteligência Geográfica – IGEO, Márcia Marinho de Lima, relatando a respeito das modificações de seus respectivos sistemas. O gerente do CSC, explanou de maneira ampla sobre a importância do adequado uso do sistema de registro de demandas, usualmente conhecido como GAD, para que a demanda fosse efetivamente atendida. A coordenadora do SICCAU informou que o sistema contará com uma série de alterações que auxiliarão no desempenho e otimização das atividades da equipe de fiscalização dos Estados. Dentre as que estão em andamento destaca-se o cadastramento de denúncia, a qual o CAU/BR acredita que o denunciante deva classificar essa demanda, posição divergente do CAU/ES que acredita ser mais adequado que esse tipo de demanda seja classificado internamente. Outro item destacado pela coordenadora do SICCAU refere-se à criação de abas especificas de gestão do processo de fiscalização, que hoje são controlados manualmente e fora do SICCAU, por meio de planilhas Excel. A correção do sistema para emissão de multa de RRT Extemporâneo pelo profissional foi outro item apresentado pelo CAU/BR. A coordenadora Ana Lucia Reis destacou que dentre as alterações apresentadas, algumas são frutos de solicitação dos técnicos dos CAU/UFs, e que apesar de estarem em andamento ainda não há previsão para essas alterações estarem em operação no sistema, segundo a coordenadoria do SICCAU. A coordenadora de geotecnologia do CAU/BR informou que o IGEO - sistema de inteligência geográfica do CAU, será atualizado neste ano, passando a ter dois perfis distintos de acesso, sendo um para os gestores, disponibilizando gráficos e informações importantes para a tomada de decisão e outro para a equipe operacional do CAU/UF. As funcionalidades do IGEO desktop e do Gis Coletor também passarão por modificações, assim como os tutoriais, serão disponibilizados

173

174

175176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186 187

188

189

190

191

192

193

194 195

196

197

198 199

200

201

202

203

204

205

206207

208

6

vídeos aulas atualizadas. A previsão é que todas as alterações estejam disponíveis ainda em 2016. Em seguida houve apresentação por parte dos CAU/UFs previamente inscritos, sobre suas ações de fiscalização, entendidas como boas práticas. Entre outros, apresentaram suas ações, o CAU/SP, CAU/AM, CAU/MT, CAU/TO e CAU/MS. A assessora jurídica do CAU/TO informou que de acordo com a nova redação do Código do Processo Civil - CPC, é válida e possível a comunicação dos atos processuais de forma eletrônica, isso substituiria o envio a correspondência via correios com Aviso de Recebimento - AR, essa ação só não pode ser utilizada para a peça inicial do processo de fiscalização (notificação). Outra prática apontada remete a distribuição dos processos aos conselheiros fora das reuniões das comissões. Foi apontado pelo CAU/MS a nomeação de delegados, arquitetos e urbanistas que representam e são responsáveis pela interlocução das demandas dos municípios do CAU/MS com o Conselho, são nomeados pelo presidente e ocupam cargo honorifico. Outra prática apresentada pelos CAU/UFs diz respeito a um trabalho de conhecer as especificidades dos municípios pertencentes a sua área de jurisdição e a partir delas estabelecer suas ações. O CAU/SP informou que realizou uma ação voltada aos condomínios, inicialmente foram realizadas visitas de orientação e no segundo momento ações ostensivas de fiscalização. Convênios e parcerias com o Tribunal de Contas do Estado – TCEES e as concessionárias de serviços públicos (água/esgoto e energia) foram firmados por alguns CAU/UFs. A apresentação do Conselho a sociedade, foi outra prática apresentada, onde são realizadas visitas no interior, onde o CAU/UF promove uma ação junto à rádio ou jornal local, buscando a difusão do Conselho junto à sociedade. A coordenadora de fiscalização e relações institucionais, informou que dentre as práticas apresentadas, ficou surpresa com o fato dos analistas de fiscalização analisarem as defesas apresentadas, que em sua opinião essa atuação não é adequada, uma vez que o fiscal estaria atuando em dois polos no mesmo processo. O Conselheiro Marco Romanelli disse que a sua presença foi programada para o segundo dia do seminário, com interesse no item do programa que corresponderia à metade da tarde do segundo dia: o que fiscalizar. No entanto, pelo horário do voo, conseguiu participar do segundo dia praticamente inteiro. Informou que ficou claro, na apresentação do Centro de Serviços Compartilhados, que trabalham sob demanda. Não me pareceu que o CSC tenha uma iniciativa própria de formular e propor soluções. Dado o custo do CSC, pareceu pouco. Exemplificando, quando cheguei, estava sendo apresentada, como ordem de serviço a ser atendida, a possibilidade de vincular um documento de fiscalização com outro de ética. Como o princípio elementar da burocracia é a guarda de documentos de modo organizado, é naturalmente necessário que possam ser agrupados livremente, isto é, o SICCAU deveria permitir anexar qualquer documento a qualquer outro. No entanto, pelo que estava sendo apresentado, pareceu que ainda não conseguimos fazer isso, ou seja, não é possível montar

209

210

211

212

213214

215

216217

218

219

220

221

222

223

224

225

226227

228

229

230

231232

233

234235

236237

238

239240

241

242

243

244

W 7

um conjunto coerente de autos de um processo diretamente dentro do SICCAU. Em conversa particular com o gerente do CSC, quando questionado sobre essa impossibilidade, respondeu que eu fizesse uma solicitação a respeito. Se o CAU/ES não pedir, o princípio elementar do armazenamento de documentos públicos continuará a ser impossível no SICCAU. Em conversa com a coordenadora de fiscalização e relações institucionais, Ana Lucia Reis e com a gerente geral Patrícia Cordeiro, concluímos que, além de não vincular documentos de acordo com a necessidade da montagem dos processos, o SICCAU não permite o armazenamento dos despachos. Mesmo que seja possível acrescentar um documento novo a um conjunto de outros documentos existentes, não é possível informar, quem anexou, porque anexou e que destino teve a documentação depois disso. Isso é extremamente desfavorável, na medida em que o tempo passa e as pessoas são substituídas ou se esquecem desses detalhes, que não ficarão anotados eletronicamente em lugar algum. A não ser que exista uma versão impressa, como as que usamos atualmente para os relatores nas comissões, e que são repletas de anotações manuais que cumprem a função dos despachos digitais impossíveis. Em seguida, na apresentação do IGEO, pareceu haver uma tendência de que ele passe a ser o módulo operacional, de que o SICCAU perca os seus precários módulos operacionais e se transforme, somente, no banco de dados do CAU. No entanto, não foi possível avaliar se os operadores do CSC estão conscientes dessa possibilidade. Quando mencionaram a intenção de promover eventos de treinamento, não foi citada a possibilidade de publicar uma versão de teste para os usuários avaliarem livremente, dado o caráter bastante intuitivo da interface do IGEO. No item sobre Boas Práticas, em que se destacou o formato de algumas operações de fiscalização do CAU/SP, pronunciou-se, assinalando que se parecia muito com o modelo de fiscalização dos CREAs, repetidas vezes rejeitado, quando da concepção do CAU, em 2011. A reação dos representantes de São Paulo conseguiu, ao final da sessão, trazer o debate para o tema que ficaria esquecido, o que fiscalizar. Tendo a oportunidade de mencionar a grande proporção de profissionais que atuam com Interiores no Espírito Santo, em sobreposição à arquitetura e urbanismo, com uma profissão não regulamentada. Mencionou a extrema dificuldade de lidar com tal situação que, dentre muitas outras, deveria ter um tratamento minimamente uniforme no país todo. E foi como encerramos a participação no Seminário de Fiscalização. O presidente Tito Carvalho retomou a fala e citou a possibilidade do agente de fiscalização analisar as defesas das notificações para agilizar a demanda. A conselheira suplente Clemir Meneghel disse que o analista pode emitir um parecer sobre o assunto, mas não pode decidir. A conselheira Cristiane Locatelli informou que hoje já e assim, o parecer técnico é realizado pela gerente geral Patricia Cordeiro. O conselheiro Marco Romanelli manifestou-se dizendo achar estranho esse procedimento do agente fiscal analisar, deferindo ou não as defesas. O presidente **Tito**

245

246

247

248249

250

251

252253

254

255

256257

258259

260 261

262

263

264

265

266267

268

269

270

271272

273

274

275276

277

278279

280

Which the Cold 1

Carvalho encerrou informando se tratar de um relato e não há o que aprovar. ITEM XII-Informe sobre a participação do CAU/ES na Expo Construções - O presidente Tito Carvalho informou que a demanda apresentada pela conselheira suplente Aparecida Borges, representando um grupo de arquitetos e urbanistas, com interesse em montar um estande no referido evento em parceria com o CAU/ES está sendo tratada pela gerente geral Patricia Cordeiro. ITEM XIII - Informe sobre a reunião com o Instituto de Obras Públicas do Espírito Santo - IOPES - O presidente Tito Carvalho informou que recebeu durante a semana um grupo de técnicos do IOPES, Valber Pinheiro Padilha, Diretor de Planejamento, arquitetos e urbanistas André Luís Servino Alvarenga e Silvia Leticia Rothschaedl, buscando orientações para conduzir situações especificas, entre elas modificações em projetos de autoria de terceiros, relacionadas aos projetos e obras paralisadas no Instituto. O presidente Tito Carvalho sugeriu a criação de um grupo de trabalho para auxiliar o Instituto quanto as questões técnicas referentes a direito autoral, entre outros assuntos. O Plenário se manifestou favorável à criação do grupo. Foi decidido que o CAU/ES aguardará a formalização da criação do grupo a ser solicitada pelo IOPES. ITEM XIV - Informe sobre Acessibilidade - O presidente Tito Carvalho informou que recebeu um oficio da Frente Parlamentar em Defesa da Acessibilidade, solicitando que o CAU/ES se manifestasse sobre a acessibilidade do Teatro Municipal de Vila Velha, que foi inaugurado no dia 13 de maio de 2016. Em reunião com o presidente Tito Carvalho o vereador de Vila Velha, Ricardo Luiz Chiabai relatou que após visitar o teatro e encontrar questões graves de acessibilidade, mobilizou-se através de divulgação do fato na imprensa, Rede TV. Em atenção à solicitação o presidente **Tito Carvalho** informou que a analista de fiscalização Jennifer Martins Noventa de Aragão realizou vistoria ao local e produziu um relatório ilustrado que demostra que a construção não é acessível. A coordenadora de fiscalização e relações institucionais, Ana Lucia Reis informou que em consulta ao SICCAU foi verificado que três arquitetos e urbanistas emitiram Registros de Responsabilidade Técnica - RRTs relacionados a edificação e em todos os RRTs possíveis, estão assinaladas que as atividades exercidas atendem as normas de acessibilidade. A conselheira Cristiane Magno informou que é necessário verificar as condições de acessibilidade das instalações do CAU/ES. Sugeriu a elaboração de um Checklist para auxiliar na vistoria das obras. A conselheira suplente Clemir Meneghel exemplificou a existência de construções como o Teatro Carlos Gomes, que é uma obra antiga, não acessível e que deve haver uma adequação, e de obras novas que há uma exigência maior das normas de acessibilidade. Informou que a Prefeitura Municipal de Vitória está elaborando uma lei sobre acessibilidade, através de portarias. Sugeriu a criação de um selo para a obra que atendesse as normas de acessibilidade. O presidente Tito Carvalho propôs que fosse modelado pela equipe de fiscalização,

A

281

282

283284

285

286

287

288 289

290

291

292

293

294

295296

297

298

299

300

301 302

303 304

305

306

307

308

309 310

311

312

313

314315

316

9

De Malina

juntamente com a Comissão de Exercício Profissional CEP-CAU/ES uma ação voltada a verificar as questões de acessibilidade de edificações públicas como hospitais, escolas, edifício cultural, ambiente público municipal, estadual e federal, para ser apresentado na próxima Sessão Plenária. A proposta aprovada por unanimidade. ITEM XV - FORUM-ES -Fórum Capixaba de Conselhos Profissionais e ordem - O presidente Tito Carvalho sugeriu transferir este ponto de pauta para a próxima Sessão Plenária, considerando a extensão dos debates sobre outros itens apresentados nesta Sessão Plenária Ordinária, sendo aprovado por unanimidade. ITEM XVI - Autovistoria predial - Minuta de Projeto de Lei - O presidente Tito Carvalho sugeriu transferir este ponto de pauta para a próxima Sessão Plenária, considerando a extensão dos debates sobre outros itens apresentados nesta Sessão Plenária Ordinária, sendo aprovado por unanimidade. ITEM XVII - Outros assuntos – O conselheiro André Abe disse que produziu um posicionamento sobre o Viaduto de Aracruz, que não foi discutido. O presidente Tito Carvalho sugeriu agendar uma reunião para produzir um documento e apresentar ao Plenário. A conselheira suplente Clemir Meneghel informou que independente do parecer do Ministério Público sobre a questão do Viaduto de Aracruz, o Conselho deve aproveitar a oportunidade para apresentar ao Ministério Público e ao Governo do Estado, a importância do arquiteto e urbanista nas obras públicas, conforme aprovado na 5ª Sessão Plenária Extraordinária do CAU/ES, ocorrida em três de maio de dois mil e dezesseis. ITEM XVIII - Encerramento - O presidente do CAU/ES, Tito Carvalho agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a trigésima nona Sessão Plenária Ordinária do CAU/ES. Para constar, eu, Márcia Martins Angeli, lavrei a presente Ata, que será assinada por todos os conselheiros no exercício da titularidade, para que reproduza os efeitos legais.....

Vitória, 17 de maio de 2016.

Arq. e Urb. Tito Augusto Abreu de Carvalho

317 318

319

320

321

322 323

324 325

326

327 328

329

330

331

332

333

334

335

336 337

338

339

Presidente do CAU/ES

Arg. e Urb. Alberto Bernabé Kirchmayer Conselheiro Titular do CAU/ES

Màrcia Martins Angeli

Secretária dos trabalhos

Arg. e Urb. André Tomovuki Abe Consellieiro Titular do CAU/ES

martins angeli

Arq. e Urb. Cristiane Locatelli Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. Marco Antônio Cypreste Romanelli Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **Paulo César Mendes Glória** Conselheiro Titular do CAU/ES Arq. e Urb Regina Márcia Costa Signorelli Conselheira Titular do CAU/ES



INFORMAÇÕES GERENCIAIS CAU/ES

JANEIRO A ABRIL/2016

Arquitetura e Urbanismo



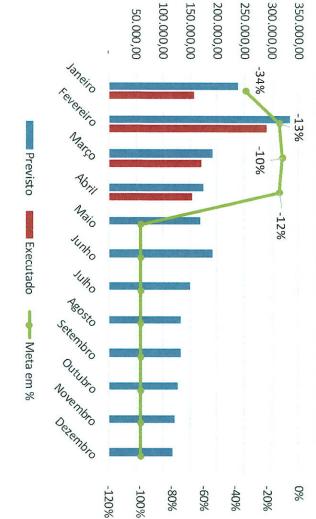
FINANCEIRO

RECEITAS

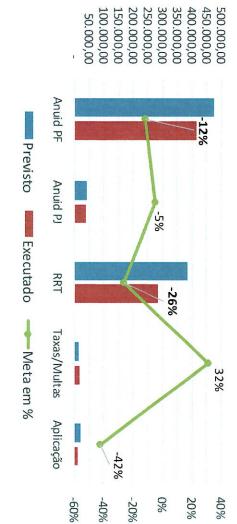
0

Promovendo uma vida melhor

Receita Prevista x Realizada - mês a mês 2016



Análise por Tipo de Receita de Arrecadação - Acumulado até 04/2016



Análise Tipo de Receita - Previsto x Realizado - Acumulado de 01 a 04/2016

					State of the state
	Acumulado	Previsto	Executado	Meta em % Diferença	Diferença
0	Anuid PF	473.977,29	417.841,11	-12%	- 56.136,18
0	Anuid PJ	40.924,65	39.016,20	-5%	- 1.908,45
01	RRT	384.387,18	283.030,08	-26%	- 101.357,10
~	Taxas/Multas	14.739,23	19.385,88	32%	4.646,65
c	Aplicação	21.045,07	12.158,54	-42%	- 8.886,53
%	,	935.073,42	771.431,81	-18%	- 163.641,61

Análise Tipo de Receita - Previsto x Realizado - 04/2016

- 21.822,03	-12%	152.766,90	174.588,93	
- 2.428,47	-44%	3.034,47	5.462,94	Aplicação
1.790,06	56%	4.988,14	3.198,08	Taxas/Multas
- 31.165,68	-29%	76.344,23	107.509,91	RRT
1.847,76	29%	8.139,97	6.292,21	Anuid PJ
8.134,30	16%	60.260,09	52.125,79	Anuid PF
Diferença	Meta em %	Executado	Previsto	mar/16

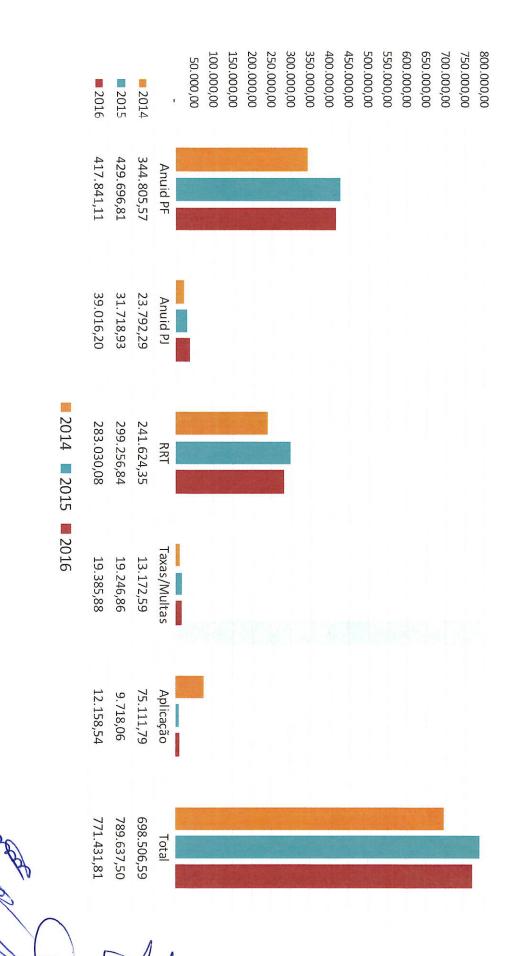
SA O

Arquitetura e Urbanismo

Promovendo uma vida melhor

Servico edendo FROERA. Conselho de Arquietura e Urbanumo do Espirito Santo

Análise da Receita Realizada por Tipo - Janeiro a Abril de 2014, 2015 e 2016





Arquitetura e Urbanismo

Promovendo uma vida methor

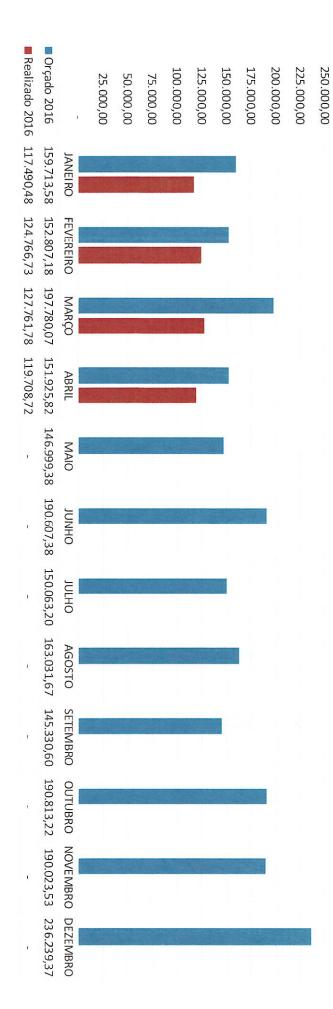


FINANCEIRO

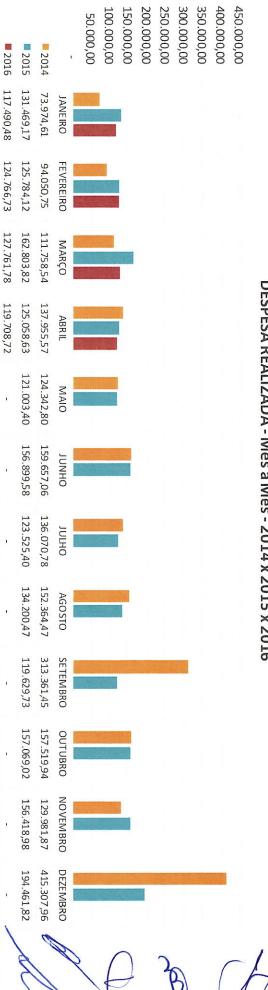
DESPESAS

Promovendo uma vida melhor Arquitetura e Urbanismo

Despesa Orçada x Despesa Realizada 2016 - mês a mês



DESPESA REALIZADA - Mês a Mês - 2014 x 2015 x 2016

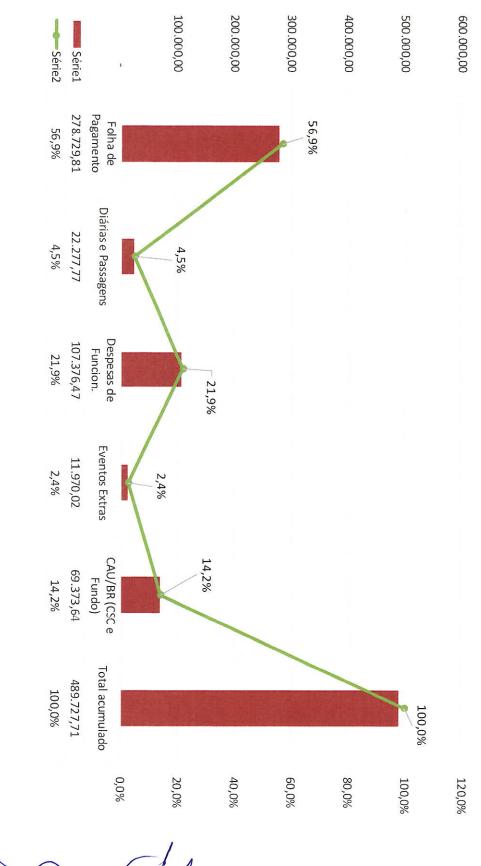




Arquitetura e Urbanismo

Promovendo uma vida methor

Despesas Realizadas - Acumulado 01 a 04/2016





Arquitetura e Urbanismo

Resultado Acumulado	Despesa Total Acumulada R\$ 662.226,65 R\$ 489.727,71	Receita Total Acumulada	
R\$ 272.846,77	R\$ 662.226,65	R\$ 935.073,42	Previsto
R\$ 281.704,10	R\$ 489.727,71	R\$ 771.431,81	Realizado
-R\$ 8.857,33	R\$ 172.498,94	R\$ 163.641,61	Diferença

Indicadores

Índice de Receita corrente: Índice de Despesa corrente: 82%

74%

com a realizada, acumulada no período. Relação receita ou despesa prevista

Resultado acumulado 2015 Resultado acumulado 2016 31% 37%

período do ano anterior período, comparando com o mesmo Relação receita x despesa acumulado no

Arquitetura e Urbanismo



DADOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Promovendo uma vida melhor Arquitetura e Urbanismo



	FISCALIZAÇÃO - DE 01 A 04/2016	ÃO - DE 01	A 04/2016	J,		
		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	TOTAL
	Denúncias Recebidas	3	8	7	3	21
Н	Denúncias Apuradas	0	3	5	ω	11
	Denúncias em Aberto	3	5	2	0	10
2	Protocolos (preventiva)	6	3	4	6	19
w	Protocolos (atendimento e-mail)	6	8	13	0	27
4	Protocolos (atendimento telefônico)	3	6	5	2	16
ъ	Protocolos (atendimento presencial)	0	3	3	2	8
6	Protocolos (INVESTIGAÇÃO)	0	0	15	0	15
7	Protocolos (RECEBIDOS OUTROS SETORES)	0	0	16	7	23
∞	Relatório de Fiscalização	0	1	6	4	11
0	Notificações Emitidas	21	25	20	4	70
U	Notificações Tramitadas**	18	10	29	12	69
10	Autos de Infração Emitidos	Ъ	7	2	0	10
t	Autos de Infração Tramitados**	7	4	12	7	30
11	Multas Emitidas	1	8	12	9	30
12	Ofícios (preventivos)	0	0	Ъ	ω	4
13	Defesas Encaminhadas	0	4	11	6	21
14	Processos Recebidos (em diligência)	7	3	ω	5	18

Arquitetura e Urbanismo

Promovendo uma vida melhor

Atendimentos - período de 01 a 04/2016

Atendimentos p/ dia	DIAS ÚTEIS		TOTAL	Fechado	Abertos		
			37	32	5	Presencial Telefônico	
12,65	20	253	80	77	ω	Telefônico	JANEIRO
			136	125	11	E-mail	
			46	40	6	Presencial	
17	18	306	118	104	14	Presencial Telefônico	FEVEREIRO
			142	115	27	E-mail	
			52	45	7	Presencial	
15,14	21	318	165	147	18	Telefônico	MARÇO
			101	8	21	E-mail	
			52	49	3	Presencial Telefônico	
15,89	18	286	134	114	20	Telefônico	ABRIL
			100	78	22	E-mail	





Área Técnica

N ₀	1 RRT	2 PF	3 PJ I	4 Qu	5 RR	6 Sol	7 Sol	8 Sol	9 Sol		10 Sol													
Descrição	pagos no mês	R	PJ Registrados*	Quantidades de CAT Emitidas	RRT pago/nº prof*	Solicitações de registro PF	Solicitação de registro PJ	Solicitações de registro PF em diligencia	Solicitação de registro PF pendentes de analise		Solicitações de registro PJ em diligencia	Solicitações de registro PJ em diligencia Solicitação de registro PJ pendentes de analise	ncia de	ncia de	de lacia	de de	de de					less		
Janeiro	796	32	3	20	0,34	43	3	11	0	۷	-	2	2	2 0 28	2 0 28 2368	2 0 28 2368 2368 347	2 0 28 2368 2368 347 19	2 0 28 2368 2368 347 19	2 0 28 28 2368 347 19 1	2 0 28 2368 2368 347 19 1 1	2 0 28 2368 2368 347 19 1 1 1 0	2 0 28 2368 2368 347 19 1 1 0 0	1 2 0 28 2368 2368 347 19 1 1 1 0 48 13	1 2 0 28 2368 2368 347 19 1 1 1 1 1 2 0 0
Fevereiro	1100	35	7	9	0,46	35	1	1	0		0	0	0	0 0	0 0 0 4 2389	0 0 0 4 2389 347	0 0 0 4 2389 347	0 0 0 4 2389 347 14	0 0 0 4 2389 347 14 0	0 0 0 4 2389 347 14 0	0 0 0 4 2389 347 14 0 0	0 0 0 4 2389 347 14 0 0 8	0 0 0 4 2389 347 14 0 0 5	0 0 0 4 2389 347 14 0 0 5
Março	1235	43	0	9	0,51	46	10	4	0		8	0 8	0 8	0 2	8 0 0 2 2393	8 0 0 2 2 2393 354	8 0 0 2 2393 354 10	8 0 0 2 2393 354 10	8 0 0 2 2393 354 10 0	8 0 0 2 2393 354 10 0	8 0 0 2 2393 354 10 0 0	8 0 0 2 2393 354 10 0 0 7	8 0 0 2 2393 354 10 0 0 7 7	8 0 0 2 2393 354 10 0 0 7 7 4
Abril	985	28	14	4		14	8	7	2	З		2	2	2 1 2	2 1 2 2441	2 1 2 2441 356	2 1 2 2441 356 7	2 1 2 2441 356 7	2 1 2 2441 356 7 1	2 1 2 2441 356 7 1 1	2 1 2 2441 356 7 1 1 6	2 1 2 2441 356 7 1 1 6 1 4	2 1 2 2441 356 7 1 1 6 4 9	2 1 2 2441 356 7 1 1 6 4 9 9
Total	4116	138	24	42		138	22	23	2	12	۷.	4	1	1 36	1 36	1 36	1 36 50	1 36 36 50 2	1 36 36 50 2 12	1 36 36 50 2 12	1 36 36 50 2 12 12 67	1 36 36 50 2 12 1 67 31	4 1 36 36 50 2 12 1 67 31	1 36 36 50 2 12 1 67 31 11





Promovendo uma vida melhor